



Poder e Verdade em Foucault e em Habermas

Amurabi Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, 88040-900, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: amurabi_cs@hotmail.com

RESUMO. Este trabalho visa analisar como a questão da verdade se imbrica ao poder, nas teorias de Foucault e de Habermas, apontando proximidades e distanciamentos nestas duas perspectivas teóricas. Se por um lado, temos uma verdade em Foucault que se baseia numa imposição monológica, por outro, temos Habermas com um entendimento dialógico da verdade, em ambos os casos relacionados com o poder, ainda que em posições inversas, como o próprio Habermas ressalta em 'O Discurso Filosófico da Modernidade'. Foucault parte de uma perspectiva capilar do poder, ao passo que, esta relação fica mais clara em Habermas na ideia de colonização do mundo da vida, que se aproxima da ideia de imposição de um discurso por outro, constituindo assim a verdade, como está presente em Foucault. Buscamos chamar a atenção para as implicações epistemológicas destas duas perspectivas, que por mais que distem, reafirmam a ligação visceral presente entre a produção (e imposição) da verdade e o poder em nossa sociedade.

Palavras-chave: verdade, poder, discurso, Foucault, Habermas.

Power and Truth in Foucault and Habermas

ABSTRACT. Current paper examines how truth is enmeshed with power in Foucault's and Habermas's theories, highlighting similarities and differences within the two theoretical perspectives. If, on the one hand, truth in Foucault is based on a monologic imposition, on the other hand, Habermas insists on the dialogic understanding of the truth, although in both cases, related to power, at opposite positions, as Habermas himself points out in 'The Philosophical Discourse of Modernity'. Foucault takes on a capillary perspective of power, whereas this relationship is most clear in Habermas through his idea of the colonization of the life world, which is close to the idea of imposing a speech on the other, with the subsequent forming of truth, as in Foucault. The essay draws attention to the epistemological implications of these two perspectives, or rather, the more they are distant from one another, the more they underscore the deep bond between the production (and imposition) of truth and power in our society.

Keywords: truth, power, discourse, Foucault, Habermas.

Introdução

Como é sabido, a questão do poder se coloca no âmago das ciências sociais, tanto com relação às teorias consideradas mais conservadoras, quanto com aquelas tidas como mais revolucionárias. De toda forma, este tema sempre pairou na teoria sociológica. No entanto, podemos conceber o poder de formas distintas, não apenas variando de acordo com o tempo, e com as escolas, como também, no mesmo autor encontramos uma evolução (não necessariamente no sentido teleológico) do conceito. A 'grosso modo' poderíamos afirmar que

Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na expressão Poder calorífico, Poder de absorção).

Se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até a capacidade do homem de determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito, mas também o objeto do Poder social (BOBBIO et al., 2000, p. 933).

O homem está, portanto, no centro do debate sobre o poder, é o sujeito ativo que anima sua dinâmica. Neste trabalho, buscamos discutir como em Foucault e em Habermas a questão do poder se imbrica à construção da verdade, esta, enquanto realidade constituída socialmente. Estes autores propõem sínteses distintas, ainda que possamos encontrar pontos de contato em suas perspectivas teóricas, porém, propomos aqui justamente um diálogo entre as duas propostas para compreender como o poder se liga à verdade.

É importante destacar que o debate de ambos se insere do cenário da modernidade, de modo que, tanto Foucault lança uma série de reflexões sobre as instituições sociais modernas, como Habermas, sobre o desenvolvimento das sociedades modernas, assim como o discurso filosófico da modernidade.

Também em ambos, encontramos o debate sobre a verdade, que se mostra, nos dois casos, contingencial, e também vinculada ao discurso. Ainda que tal categoria assuma nestes autores significados distintos, como veremos mais adiante. Foucault preocupa-se essencialmente com a questão sobre que condições pode haver a produção de enunciados verdadeiros, que no seu entender liga-se tanto ao poder quanto ao direito. Segundo crítica realizada por Habermas “Foucault inverte de pronto essa dependência do poder em relação à verdade em uma dependência da verdade em relação ao poder [...]” (HABERMAS, 2000, p. 385).

Habermas, por outro lado, preocupa-se com a verdade como produto do enunciado de discursos verdadeiros, porém, suas colocações ligam-se tanto a sua perspectiva de racionalidade, quanto, por consequência, a sua teoria do agir comunicativo, no qual ele propõe, em certa medida, uma ruptura com grande parte da tradição sociológica, e ao beber de diversas fontes também questiona e aponta limitações de autores como Parsons, Luhmann, Weber, Piaget, Marx e dos próprios teóricos da Escola de Frankfurt.

É em meio a estes dois grandes autores que buscaremos realizar um debate, que vise compreender esta íntima relação entre verdade e poder, que está presente em toda a produção do conhecimento, não apenas nas ciências sociais, como no conhecimento humano no sentido mais amplo do termo.

Poder e verdade em Foucault

A temática do poder encontra-se dissolvida em toda a obra de Foucault, ainda que ele tenha afirmado que não é o poder, mas o sujeito, o tema geral de suas pesquisas. Porém, dentro da concepção de realidade e de sociedade traçada pelo autor, é inegável a presença desta temática. Faz-se necessário destacar aqui que o conceito ‘abstrato’ de poder em Foucault não se confunde com os conceitos de poder disciplinar e de biopoder, como bem chama a atenção Pogrebinschi (2004).

Como já havíamos indicado, ambos os autores que nos propomos a tratar aqui dialogam com os mais diversos pensadores, de modo que, poderíamos iniciar a discussão em Foucault pela sua negação da concepção de poder recorrente no pensamento social ocidental. Segundo o autor,

A partir do momento em que tentamos escapar do esquema economicista para analisar o poder, nos encontramos imediatamente em presença de duas hipóteses: por um lado, os mecanismos do poder seriam do tipo repressivo, ideia que chamarei por comodidade de hipótese de Reich; por outro lado, a base das relações de poder seria o confronto belicoso das forças, ideia que chamarei, também por comodidade, de hipótese de Nietzsche (FOUCAULT, 1979, p. 179).

Ainda que questione estas posições, Foucault reconhece a esfera repressiva do poder, porém, esta não é sua única face. Identificar o poder unicamente a seu aspecto repressivo, seria recair na perspectiva jurídica do poder, o que, no entendimento do autor, seria um equívoco, já que ele parte de um olhar mais capilar sobre o poder que seria mais fluido, presente tanto nos discursos como nas práticas discursivas dos sujeitos, por isso ele vai para além da repressão, na medida em que todo poder também gera um contrapoder. Ainda, segundo o autor,

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio que ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 7-8).

Desse modo, o poder apresenta sua dupla face, ao mesmo tempo repressivo, mas também produtivo, e que se atrela de modo fundamental às formulações discursivas, estas que são eminentemente contingenciais, e por mais que em um dado momento histórico produzam enunciados de verdade que produzem a impressão de estabilidade, estes enunciados são específicos de uma dada configuração histórica e social e, mais que isso, são produtos de uma série de relações estabelecidas, tanto que em ‘As Palavras e as Coisas’ (1999a) o autor busca demonstrar como o homem não existiu sempre, mas que é sim uma figura do saber específico que emerge com a modernidade, tendo sido objetivado, e como sobre ele se estabeleceu uma verdade.

Se compreendemos que estas constituições que se dão de modo histórico e dinâmico a partir de uma série de relações, ‘jogos’ e ‘estratégias’, são fruto de

uma articulação entre discursos e práticas discursivas, antes disso devemos ter em mente que o discurso é sempre selecionado, manipulado, não é posto à deriva, muito pelo contrário, em 'A Ordem do Discurso' Foucault (2009 [1970], p. 8-9) aponta que

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Este discurso é selecionado por certo número de procedimentos, como apontado pelo autor, o que implica dizer por um lado que as relações de poder estão presentes, não há discurso sem poder, pois ao selecionar o discurso, que constitui a própria realidade, se estabelece aí uma relação de poder, ainda que não haja aqui uma proposição do poder enquanto algo que é passível de se possuir de forma exclusiva já que ele circula, dissolve-se. Por outro lado implica também dizer que haverá enésimas práticas que buscarão controlar este discurso visando a fins específicos, o que, é claro, levará a outras elaborações estratégicas de contrapoder que poderão conflitar com este discurso.

Com esta concepção de discurso e de poder, pode-se afirmar que Foucault não buscou pensar o poder de cima para baixo, mas de forma inversa, partiu de suas localidades, vai, portanto na contramão de muitas análises contemporâneas que partem das instâncias estatais, ou do 'Leviatã' hobbesiano, Foucault ao contrário pensa nas pequenas práticas e fenômenos através dos quais se transparece o poder.

Como já situamos, Foucault (1979) busca romper com as concepções existentes de poder, sejam aquelas que possuem um caráter essencialmente economicista (como na perspectiva jurídica ou marxista), ou ainda aquelas que possuem um caráter essencialmente repressivo e belicoso (Reiche e Nietzsche como já apontado). Para tanto, ele busca entender como o poder se situa entre o direito e a verdade, numa relação triangular (FOUCAULT, 1999b).

Este engate entre os conceitos só pode ser compreendido de forma relacional, já que o poder só pode ser exercido mediante a produção da verdade, que se dá através de uma série de mecanismos institucionalizados que se articulam e elaboram estratégias através das quais a verdade é produzida, ressaltando o caráter contingencial da verdade. Há uma preocupação na obra do autor com este aspecto

genético da verdade, que se liga à constituição do sujeito. Nas palavras de Foucault (2003, p. 27):

O que pretendo mostrar nestas conferências é como, de fato, as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade. Só pode haver certos tipos de sujeitos de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade. Só se desembaraçando destes grandes temas do sujeito de conhecimento, ao mesmo tempo originário e absoluto, utilizando eventualmente o modelo nietzscheano, poderemos fazer uma história da verdade.

Portanto, compreender a verdade é compreender sua relação com o poder, que é de mão dupla, pois o poder só pode ser pensado tendo em vista sua relação com o saber que é produzido a partir de enunciados discursivos que se estabelecem enquanto verdadeiros. Estes mecanismos longe de se concentrarem no âmbito do Estado encontram-se dissolvidos nas práticas dos sujeitos.

A relação triangular apontada por Foucault entre verdade, poder e direito em parte fica sem sentido, na medida em que ele aponta que o direito cada vez mais perde sua capacidade de ser uma ferramenta analítica da realidade, já que cede lugar à técnica e encontra-se nos produtores de enunciados, de saber, nos corpos dóceis. Em 'A História da Sexualidade', Foucault (2001, p. 89) chega a elaborar a seguinte definição de poder:

[...] a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

O poder nesta acepção é relacional, articula-se às práticas e aos discursos, e mais que isso é capaz de produzir enunciados de verdade, estes só podem ser compreendidos também neste âmbito relacional, a partir da multiplicidade de ligações e estratégias elaboradas que compõem a tessitura da realidade do sujeito.

O que nos interessa aqui, de forma sucinta, é destacar esta ligação estabelecida entre o poder e a

verdade, bem como seu aspecto capilar que se apresenta através das práticas dos sujeitos, antes que através de uma concepção jurídica de Estado, ainda que o poder também possa se encontrar aí, mas não unicamente, sua natureza o leva a ser pensado em termos desta dinâmica que se circunscreve naqueles que realizam seus enunciados, ainda que os mesmos se insiram em contextos que buscaram selecionar e controlar seus discursos. Buscaremos mais adiante dialogar esta perspectiva com aquela trazida por Habermas, pensando como pode ser analisada esta íntima relação entre o poder e a verdade.

Poder e verdade em Habermas

Como é bem sabido, Habermas insere-se no grupo intelectual conhecido como Escola de Frankfurt, ainda que represente outro momento desta, indicando mesmo uma ruptura com relação a Adorno e Horkheimer. Ainda que se referencie também em autores como Marx, Freud e Weber, Habermas buscou outras leituras para construir seu arcabouço teórico, passando por Wittgenstein, Piaget, Austin, Mead, Parsons etc.

Há, portanto, certa continuidade com relação à tradição da teoria crítica, porém ao mesmo tempo Habermas buscou realizar uma formulação original. Segundo Honneth (1999, p. 540)

“Certamente, o passo decisivo de Habermas na direção de uma teoria independente da sociedade, e, portanto de uma nova formulação da teoria crítica, só será dado se os dois conceitos de ação, 'trabalho' e 'interação', forem dotados de diferentes categorias de racionalidade”.

No entender de Domingues (2008), este passo dado por Habermas constitui uma leitura empobrecida da obra de Marx.

Ao propor que o trabalho estaria ligado à razão instrumental, e a interação à razão comunicativa, Habermas propõe uma ruptura com relação à Marx, ao compreender que o paradigma fundante do ser humano não é o trabalho, mas a comunicação. Foi de Wittgenstein que Habermas apreendeu a concepção de que os seres humanos estão unidos uns aos outros pela compreensão da língua (*sprachliche Verständigung*). Giddens (1998, p. 301) realiza a seguinte distinção entre ação instrumental e ação comunicativa em Habermas:

A ação instrumental era uma orientação orientada por normas técnicas e estava fundada no conhecimento empírico. As regras técnicas envolvidas na ação racional orientada por motivos seriam formuladas com base nos poderes de predição que elas possibilitam. 'A escolha racional' era uma questão de decisão entre estratégias de ação, de

acordo com o caminho mais 'eficiente' de realização das metas ou dos objetivos. A interação, por outro lado, com a qual Habermas equacionou a 'ação comunicativa', 'é governada por *normas consensuais* interligadas, que definem expectativas recíprocas sobre o comportamento e têm que ser entendidas e reconhecidas por, pelo menos, dois dos sujeitos da ação.' A ação comunicativa estaria baseada na comunicação pela linguagem comum e dependeria da compreensão mútua dos símbolos sociais. (Grifos do autor).

Para haver tal processo comunicativo, pressupõe-se um processo de aprendizagem entre os sujeitos, um descentramento dos mesmos que se referencia tanto no mundo circundante através das experiências vividas, como na experiência consigo mesmo. “Em um processo de formação, nós só aprendemos sobre o mundo aquilo que experimentamos ao mesmo tempo em nós mesmos como sujeitos que aprendem [...]” (HABERMAS, 2009, p. 283). Esta lógica de aprendizagem, que Habermas também estende às sociedades, é fundamental para a proposta do autor de sair da subjetividade e entrar no processo intersubjetivo.

Tal centralidade no agir comunicativo em Habermas é possível uma vez que para o autor é através da linguagem que constituímos nossa realidade, logo é através dela que podemos compreender o mundo. Nas palavras do autor:

A objetividade do mundo, que supomos em nossa fala e em nossas ações, está intimamente entrelaçada com a intersubjetividade do entendimento sobre algo no mundo, que não podemos iludir, em nenhuma hipótese, tal coesão nem fugir do horizonte de nosso mundo da vida que é franqueado por meio da linguagem (HABERMAS, 2007, p. 53).

A realidade se constitui tanto a partir de um mundo guiado pela relação de meios em relação a fins, razão instrumental, como por um mundo baseado na intersubjetividade, razão comunicativa. A relação estabelecida entre a razão instrumental e a razão comunicativa é tensa, de modo que o autor preocupa-se em 'denunciar' a colonização do mundo da vida, que é uma realidade pré-estruturada simbolicamente, que surge a partir do momento em que os sujeitos orientam-se ao entendimento, pelo sistema, que não se opõe ao mundo da vida em princípio, mas o complementa, tal conceito permite descrever as estruturas societárias que asseguram a reprodução material e institucional da sociedade: a economia e o Estado, que vêm a ser dois subsistemas que desenvolveram certos mecanismos reguladores: o dinheiro e o poder. No sistema a linguagem é secundária predominando a razão instrumental (FREITAG, 1993).

O que nos interessa apreender aqui é o fato de que para Habermas é no contexto comunicativo que as verdades são postas, elas são formuladas a partir de uma série de enunciados que se pretendem verdadeiros, através dos quais os sujeitos formulam e podem questionar a validade de tais enunciados, de modo que uma afirmativa que se mostra verdadeira num dado momento pode se mostrar falsa posteriormente ante a um novo enunciado. Deste modo, o mundo da vida tanto se assenta nas certezas dos sujeitos como nas possibilidades de questionamentos postos pela ação comunicativa. A ação comunicativa dentro das 'falas normais' reforça as pretensões de validade postas, porém no plano do discurso as pretensões de validade são suspensas pela ação comunicativa.

Chamemos atenção para outro fato, a possibilidade de realizar enunciados e questionamos postos pela ação comunicativa – obviamente dentro de um cenário de colonização do mundo da vida pelo sistema – imbrica-se com as relações de poder estabelecidas, de modo que os sujeitos não se encontram em condições iguais de proferir seus discursos, logo esta verdade estabelecida por tais enunciados só pode ser fruto de um falso consenso¹, logo tal enunciado não pode ser verdadeiramente verdadeiro.

O que Habermas propõe para resolver tal dilema é o que denomina de situação ideal de fala, através da qual os sujeitos poderiam proferir seus enunciados de modo a chegar a um consenso verdadeiro, ou seja, chegar à verdade.

A situação ideal de fala pressupõe que: 1) todos os interessados possam participar do discurso e que tenham idênticas oportunidades de argumentar; 2) tais participantes ajam de acordo com as normas, e não movidos pela coação. Os atores devem satisfazer estes pressupostos de veracidade não mentindo nem intencionalmente (neurose), nem inconscientemente (falsa consciência) (FREITAG; ROUANET, 1993).

Tais pressupostas não são encontrados na realidade empírica atual, tendo em vista que os atores são coagidos, mentem, encontram-se em situações desiguais etc. o que leva constantemente a um falso consenso. Neste sentido, poderíamos mesmo arriscar afirmando que em Habermas não há uma condição real de se chegar à verdade, que os enunciados postos enquanto tal são falsos consensos, consequentemente falsas pretensões de verdade.

O poder entra aqui enquanto elemento que corrompe a verdade, ele impede que ela aflore,

poder este que no entender de Habermas é baseado na razão instrumental, localizado no sistema estaria ainda atrelado à perspectiva do Estado, já que, o poder e o dinheiro autonomizam-se no sistema, sendo esta uma forma deturpada da relação entre sistema e mundo da vida, uma vez que em princípio estes se complementam, mas no atual cenário aparentam estar em antinomia, já que o sistema busca colonizar o mundo da vida, ou seja suprimir a razão comunicativa através da razão instrumental.

Ainda assim o autor não cai num negativismo simples, muito pelo contrário é a partir daí que ele passa a argumentar em prol de um agir comunicativo, esta seria a possibilidade posta para a chegada aos enunciados de verdadeiros. Uma vez que a nossa relação com o mundo se dá através da mediação da linguagem seria nela que também encontraríamos a possibilidade para sair deste impasse. Mais uma vez volta a figura da busca pelo consenso verdadeiro.

[...] se as asserções falíveis não puderem ser confrontadas diretamente com o mundo, necessitando, para sua fundamentação ou refutação, de outras afirmações e se, além disso, não houver nenhuma base de afirmações pura e simplesmente evidentes, isto é, credenciadas por si mesmas, então o único caminho para examinar pretensões de verdade passa a ser o discursivo. Em decorrência disso, a relação bipartida da validade de asserções é ampliada passando a ser uma relação tripartida da validade que afirmações têm 'para nós'. Sua verdade precisa ser reconhecível por um público. (HABERMAS, 2007, p. 54).

Este consenso, para nós, é justamente o que Habermas almeja, que se chegue através dos enunciados discursos racionais à possibilidade de enunciá-los. Em verdade percebemos que o pensamento de Habermas acaba por ser circular². Quando o autor propõe a realização de uma nova moralidade baseada na ação solidária para combater as patologias desenvolvidas pela colonização do mundo da vida (HABERMAS, 1987) é posto que a condição para seu combate, causadas pela sua colonização, é que não haja colonização no mundo da vida, mas esta é justamente a condição que impossibilita os sujeitos à tematização discursiva. Tal circularidade no pensamento do autor acaba por cair numa utopia racionalista.

Em Habermas temos, portanto, que devido à colonização do mundo da vida pelo sistema, que inclui aí o poder e o dinheiro, não podemos nas

¹ Este conceito é utilizado em Habermas para caracterizar as sociedades consideradas pelo autor de tradicionais, isto é, nas quais não houve ainda dissociação entre o sistema e o mundo da vida, fenômeno que ocorre com o processo de secularização - característica da Modernidade.

² Ainda que reconheçamos que haja desdobramentos posteriores na obra de Habermas, dentro os quais destacaríamos *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), a argumentação que estamos nos utilizando nesse texto volta-se, principalmente, para a análise da *Teoria da Ação Comunicativa* (1987).

atuais condições chegar à verdade, esta só poderia ser atingida verdadeiramente através do agir comunicativo. As verdades constituídas através dos discursos dos atores sociais, que se assentam num consenso entre os mesmos, na medida em que se dão num cenário de patologias são falsas pretensões de verdade, sua falsidade em boa medida decorre justamente destas relações de poder que não permitem que os sujeitos envolvidos se situem numa relação de igualdade com relação a seus enunciados.

Também em Habermas, encontramos uma relação íntima entre poder e verdade, esta se apresenta de forma contingencial, como em Foucault, porém Habermas preocupa-se em posicionar-se de modo a questionar esta verdade, há na aceção por ele posta a ideia de que há uma verdade, que poderá ser atingida ante às condições ideais de fala, que como já pontuamos não podem ser atingidas nas condições atuais. Busquemos por fim confrontar as duas concepções de poder e verdade presente nos dois autores.

Considerações finais

No percurso que traçamos fica claro que em ambos os autores a verdade e o poder encaminham-se de forma indissociável, mas os distingue é a perspectiva adotada. Em Foucault temos que a formulação da verdade é a partir da articulação entre os discursos e as práticas discursivas, cuja ligação com o poder mostra-se fundamental, este entendido na sua concepção capilar, como já apontamos, de modo que o poder se exerce através dos enunciados de verdade que se dissolvem nas práticas dos sujeitos.

Desse modo, a verdade em Foucault é uma busca pela monologia, ou seja, a verdade é constituída a partir do momento que um discurso se institui sobre os demais, há, neste sentido, uma ruptura do agir comunicativo. Habermas (2000), acerca da obra de Foucault *A História da Loucura*, realiza o seguinte comentário:

Foucault quer mostrar como o fenômeno da loucura constituiu-se, desde o final do século XVIII, como uma doença mental. Com esse objetivo, reconstrói a história da origem do discurso por meio do qual os psiquiatras dos séculos XIX e XX falam sobre a loucura. O que distingue este livro do estudo de história da cultura conduzido por um historiador da ciência é um interesse filosófico pela loucura como um fenômeno complementar da razão: uma razão que se tornou 'monológica' (grifo nosso) mantém a loucura a distância, para apoderar-se dela sem riscos, como de um objeto purificado de toda subjetividade racional. (HABERMAS, 2000, p. 335).

Ao contrário, para Habermas a verdade não é a imposição de um discurso sobre o outro, mas um processo argumentativo discursivo. Se para Foucault, é através dos diversos mecanismos de poder que a verdade passa a ser produzida, articulando-se de forma a configurar um discurso, que é tido como verdadeiro, em Habermas temos a crença de que a verdade é atingida, não numa ruptura do agir comunicativo, mas nele próprio. Neste sentido, poderíamos afirmar que a teoria de ambos se distancia.

No entanto, podemos também chamar a atenção para uma proximidade nestas duas perspectivas, uma vez que, em Habermas, estes enunciados que não são verdadeiros em sua essência, já que se desenvolvem num cenário de patologia, através da colonização do mundo da vida, como já exposto, são encarados como verdadeiros, e, como o autor mesmo coloca, nas falas normais dos participantes do ato comunicativo há um reforçamento destes enunciados enquanto verdadeiros, só suspensos quando o discurso é posto em prática, havendo um questionamento dos pressupostos de verdade em jogo.

Mediante a impossibilidade de sair do processo de colonização, pois como já situamos o pensamento de Habermas acaba por ser circular, ao pensar uma proposta de saída, a verdade constituída no mundo da vida (colonizado pelo sistema) é também aqui uma constante irrupção do agir comunicativo, pois sempre as relações de poder estarão presentes, neste cenário para deformar e deturpar as pretensões de verdade. Neste ponto, Habermas e Foucault se aproximam.

O que parece distar diametralmente os dois autores é a crença por parte do Habermas de que é possível chegar a um enunciado verdadeiro, em seu sentido puro, ainda que para tanto, ele recorra a uma utopia racionalista centrada na situação ideal de fala. Foucault não coloca esta preocupação, muito pelo contrário, esta verdade monológica, ou ao menos constante aspirante à monológica (já que há em jogo o contrapoder), e não dialógica como Habermas acredita ser a única possibilidade de verdade, é fruto de intensa disputa pelo poder, pois para exercer o poder precisa-se dos enunciados de verdade.

Habermas abertamente se propõe a retornar o projeto kantiano, a razão enquanto possibilidade de emancipação humana, de descentramento da sociedade, levando a sua aprendizagem. Foucault em absoluto pode ser pensado neste mesmo projeto, porém a emancipação do sujeito pode ser vislumbrada, uma vez que os mesmos podem lançar mão de estratégias que visem questionar os discursos selecionados, sua manipulação, sua íntima relação com o poder e o saber, estabelecendo uma nova geografia do poder. Indubitavelmente, ambos os autores nos levam a considerações interessantes

sobre esta íntima relação entre o poder e a verdade, que se encontra no core de qualquer discussão epistemológica sobre a produção do conhecimento humano.

Referências

BOBBIO, N.; METTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. v. 2.

DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001. v. 1.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, M. **A verdade e as normas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAG, B. Habermas e a filosofia da modernidade. **Perspectiva**, s/v, n. 16, p. 23-45, 1993.

FREITAG, B.; ROUANET, S. **Habermas**. São Paulo: Ática, 1993.

GIDDENS, A. **Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 1998.

HABERMAS, J. **A lógica das Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HABERMAS, J. **Entre o naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

HONNETH, A. Teoria crítica. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Ed.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999. p. 503-552.

POGREBINSCHI, T. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, s/v, n. 63, p. 179-201, 2004.

Received on January 15, 2014.

Accepted on August 8, 2014.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.